



ATA N.º 04/2017

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Luísa Maria Ricardo Alves e Maria Celeste Ferreira Cardador.-----

Além dos membros da mesa, compareceram a esta sessão os Senhores Mário Moita Abegão, José Cesário Marques Moreira, Valter José Lameiro Soares, José Alexandre Serra Sales, Ricardo António Mafra Germano Esgaio – eleitos pelo Partido Socialista; Joaquim Ascensão Pequicho, António Pereira Nunes, António do Carmo Martins, António Manuel Silvério Teixeira – eleitos pelo Partido Social Democrata; Abílio José Januário Marques, Victor Manuel Pereira Parreira – eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré; António Manuel Caria dos Santos, Alexandre Isaac – eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Graciano José Pascoal de Carvalho Dias – eleito Independente pelo Partido da Terra; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Rui Manuel Amaro Marques, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, de Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato as Senhoras Natália Carvalho da Conceição, por quinze dias e Sónia Margarida Carreira da Conceição, por dez dias.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro solicitou a sua substituição nesta sessão.-----

Os Senhores Martinho de Oliveira Rosa e Zélia Maria Pereira da Costa PISOEIRO participaram a sua impossibilidade de estar presentes na sessão.-----

Não compareceu o Senhor José Filipe da Conceição.-----

Estiveram igualmente presentes, os Senhores: Presidente da Câmara Municipal, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro e Vereadores Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Manuel António

Águeda Sequeira, Regina Margarida Amada Piedade Matos, António Gordinho Trindade, Belmiro José Eusébio da Fonte e Rita Sanches Bento Varela.-----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 21 DE ABRIL DE 2017 - (apreciação e votação)

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

Não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na reunião, nos termos do n.º3 do artigo 34.º do Decreto-Lei nº4/2015, de 2 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo).-----

ATA DA SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 2017 - (apreciação e votação)

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

O Senhor António Caria dos Santos apresentou protesto por factos ocorridos durante a sessão, tendo o Senhor Presidente da Assembleia informado sobre o procedimento tomado. -----

Não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na reunião, nos termos do n.º3 do artigo 34.º do Decreto-Lei nº4/2015, de 2 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo).-----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento.-----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

PONTO DA SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE NA CÂMARA MUNICIPAL - REQUERIMENTO DO BLOCO DE ESQUERDA

A Senhora Telma Ferreira apresentou requerimento a ser enviado à Câmara Municipal, versando o ponto da situação do cumprimento da legislação sobre acessibilidade na Câmara Municipal, conforme se transcreve:-----



“A existência de um ambiente edificado acessível é um fator imprescindível para assegurar a sustentabilidade social e económica das cidades e uma condição básica para a inclusão das pessoas com mobilidade condicionada. Enquanto as cidades, vilas e aldeias impedirem a mobilidade destes cidadãos e cidadãs, não podemos dizer que existam direitos de cidadania para todos. O direito à mobilidade é um direito básico. -----

O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, estipulou um prazo de dez anos para a adaptação dos espaços públicos, edifícios e via pública e dos espaços privados de uso público. Este prazo termina no dia 8 de Fevereiro de 2017. Importa, portanto, conhecer o que foi feito por esta Câmara Municipal para cumprir o disposto na legislação. -----

Recorde-se que não é a primeira vez que existe um prazo estipulado para adaptação de espaços que não é cumprido: de facto, o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de maio, definiu o prazo de setembro de 2004, mas este acabou por não se cumprir, tendo o decreto em causa sido revogado com a publicação do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, que estabeleceu novo limite.-----

A legislação em vigor prevê no artigo 22.º medidas para a avaliação e acompanhamento. Assim, incumbe à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais acompanhar a aplicação do disposto na legislação e proceder “periodicamente, à avaliação global do grau de acessibilidade” das instalações e respetivos espaços circundantes da administração pública central, regional e local, bem como dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos. -----

Por outro lado, as Câmaras Municipais e a Inspeção-Geral da Administração do Território devem enviar “à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, até ao dia 30 de Março de cada ano, um relatório da situação existente tendo por base os elementos recolhidos nas respetivas ações de fiscalização”; note-se que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi entretanto extinta, tendo as suas funções sido assumidas pelo IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. -----

Para implementação do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, as Câmaras Municipais tiveram acesso a financiamento, através do Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade, comumente designado como RAMPA. Este programa integrou o Programa Operacional Potencial Humano (POPH), Tipologia de intervenção 6.5: Ações de investigação, sensibilização e promoção de boas práticas através do Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade. -----

O Programa RAMPA incluiu quatro Planos, sendo eles o Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade (PMPA), o Plano Local de Promoção da Acessibilidade (PLPA), o Plano Sectorial de Promoção da Acessibilidade (PSPA) e o Plano Individual de Promoção da Acessibilidade (PIPA). Em 2010 tinham sido aprovados 107 projetos, no valor global de 17,8 milhões de euros. O Bloco de Esquerda considera que é chegado o momento de se aferir o ponto de situação da implementação dos Planos do RAMPA bem como conhecer mais pormenorizadamente em que fase se encontra a adaptação de espaços preconizada no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, cujo prazo terminou no dia 8 de fevereiro de 2017. -----

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio solicitar à Câmara Municipal as seguintes informações: -----

1. Esta Câmara Municipal elaborou os relatórios previstos no número 2 do Artigo 22º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto? Em caso de resposta positiva, onde podem ser consultados estes relatórios? -----

2. Houve execução por parte da autarquia de um Plano Municipal, Local, Sectorial ou Individual de Acessibilidade, no âmbito do Programa RAMPA? Em caso de resposta afirmativa:-----

- Qual foi o montante de financiamento para a realização dos referidos planos? -----

- Qual foi a verba consignada no orçamento camarário para a concretização em obra dos referidos planos após a sua conclusão? -----



3. Caso não tenham realizado nenhum Plano no âmbito do programa RAMPA, existe algum plano de intervenção desta Câmara Municipal para cumprir a legislação de acessibilidade? -----
4. A nível do orçamento municipal existe alguma verba específica para adaptação dos edifícios da autarquia e da via pública? Qual é o valor em causa? -----
5. Esta Câmara Municipal cobrou algumas coimas a particulares por incumprimento da legislação de acessibilidade? -----

De seguida, o Senhor António Caria dos Santos efetuou a seguinte declaração para a ata: -----

“O executivo municipal do Partido Socialista da Nazaré (PS) aprovou, na reunião de câmara de 06 de Junho, um documento que, supostamente, servirá para obter junto do Fundo de Apoio Municipal — FAM, um pedido de empréstimo financeiro no valor de 33.324.557,29 €, por um prazo de 33 anos, e com uma taxa de juro de 1.75%, com vista à realização de pagamentos de dívidas da autarquia. Tal como a CDU da Nazaré (CDU) sempre defendeu, tanto neste como no anterior mandato, havia que se reestruturar a dívida, pois era, e é, nosso entendimento que: para se poder pagar a enorme dívida da autarquia, teria que se encontrar junto do Estado, e só do Estado, uma forma de se obter um empréstimo que pudesse pagar toda a dívida, com uma taxa de juro muito favorável e de maneira prolongada no tempo, para que o valor das semestralidades não impedisse o necessário investimento que esta autarquia tanto precisa, com vista ao seu desenvolvimento. Foi este o caminho que sempre defendemos e que até sugerimos ao executivo municipal do PS, logo no início deste mandato. Tardaram, mas lá chegaram. Ao contrário das promessas feitas pelos dirigentes do PS que tanto prometeram durante a última campanha eleitoral, dizendo consecutivamente terem capacidade para pagar a dívida sem aumentar impostos e taxas, referindo inclusive, que tinham tudo controlado e sinalizado com investidores estrangeiros, mas que se vieram a revelar fraudes absolutas, a CDU sempre deu as suas opiniões com base nas leituras políticas e técnicas dos documentos orçamentais e de apresentação das contas da autarquia. Nesses documentos fomos encontrando e divulgando o verdadeiro caos que

poucos quiseram ver e reconhecer. A ambição política pessoal falava, e fala ainda, mais alto. Todos, mas mesmo todos, os membros dos anteriores executivos desta autarquia, (PSD, PS e GCICN), separados ou coligados, foram os únicos culpados pelo descalabro financeiro acumulado ao longo dos anos. Ninguém nos executivos está livre de responsabilidades, nem podem alegar agora desconhecimento, quer seja por erro ou omissão dos seus actos, como tantas vezes tem acontecido nas reuniões de câmara e que a maioria da população desconhece o que ali se passa. Exige-se muito mais trabalho. Que soluções poderão apresentar para a Nazaré, elementos do actual executivo e novamente candidatos com estas características?-----

O actual presidente da câmara, Walter Chicharro, veio a reconhecer há pouco tempo, perante a câmara que, "não tinha outra solução senão assinar o PAEL" Para quem disse em campanha ter soluções para tudo, chegar agora em vésperas de outra campanha eleitoral com esta afirmação, demonstra que enganou descaradamente a população do concelho, sendo eleito com base em mentiras e falsas promessas. Quem poderá acreditar em pessoas que não falam com verdade à população? Está visto que a nossa terra não tem tido as pessoas certas à frente dos seus destinos. O executivo do PS, com esta tomada de posição, acabou por dar razão à CDU quanto ao tipo de solução para a resolução da dívida do município. No entanto, importa ainda que a população seja esclarecida quanto à possibilidade real de se poderem baixar os impostos municipais através deste tipo de solução para a dívida, já que, pode existir a possibilidade de se atingir o valor que retira a autarquia da situação de ruptura financeira estrutural e conjuntural antes do final do prazo acordado. A CDU só admitirá um empréstimo desta natureza se for pelo montante global da dívida, e, se, contratualmente, for contemplada a baixa generalizada de impostos à população do concelho logo que se atinja o valor que retira a chancela de autarquia em excesso de dívida conjuntural e estrutural. A dívida tem que se pagar, mas não de qualquer forma! Todos sabemos que este não é caso único e também sabemos que a maior parte da dívida existente é à Banca. Por isso, terá que haver um plano de renegociação com as entidades credoras relativamente aos



prazos de pagamento, juros e montantes. As entidades devedoras também têm direitos! Designadamente na forma como muitos agiotes e os contextos macroeconómicos empurraram muitos para a contração de dívida. Logo, tudo tem de ser competentemente renegociado. Já agora, dizer que as soluções para todos os males da autarquia apresentadas por Walter Chicharro e a sua equipa, apenas conseguiram reforçar neste momento a posição do nosso município com um "vergonhoso" primeiro lugar no ranking dos que mais tempos demoram a pagar a fornecedores. Nunca antes tinha acontecido. Não iremos nunca enganar a população da Nazaré criando uma qualquer falsa expectativa. Ou criando falsas notícias de abaixamento ou de aumento da dívida. Todos têm o direito de ser esclarecidos com verdade_ Respeitamos demais a população para aceitar que se use este, e outros assuntos como forma de obter algum benefício político ou eleitoralista.-----

A nós compete-nos trabalhar com afincos em defesa da população. Foi isso que fizemos e será sempre isso que continuaremos a fazer. Para a CDU não vale tudo.”-----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA ATRIBUIÇÃO DE ALTERAÇÃO DA TIPOLOGIA PELA DGEST À ESCOLA BÁSICA AMADEU GAUDÊNCIO – Coligação Democrática Unitária – Alexandre Isaac

Para apreciação e votação, o Senhor Alexandre Isaac apresentou o voto supra indicado, aceite por unanimidade para discussão, conforme se transcreve: -----

“A CDU manifesta a sua imensa satisfação pela atribuição da alteração de tipologia pela DGEST, à Escola Básica Amadeu Gaudêncio, que a partir de hoje e por homologação do Instituto de Gestão Financeira da Educação passa a designar-se, Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, Nazaré. -----

Não podemos deixar de manifestar a nossa satisfação por esta vitória de todos os que empreenderam esforços para que este processo fosse concluído a contento de todos os nazarenos.

A existência de ensino secundário público no concelho da Nazaré permite a todos os munícipes escolher o que querem para o prosseguimento dos estudos dos seus filhos. -----

É pois com enorme alegria e expectativa que desejamos ver os nossos alunos continuarem os estudos até ao 12º. Ano, na Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, já a partir de Setembro.” -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

VOTO DE LOUVOR A LAURA MATOS VIOLA – Coligação Democrática Unitária

Para apreciação e votação, o Senhor Alexandre Isaac apresentou o voto supra indicado, aceite por unanimidade para discussão, que se transcreve:

“A CDU propõe a esta Assembleia Municipal, a atribuição de um Voto Público de Louvor a Laura Matos Viola, natural e residente em Valado dos Frades, como forma de reconhecer o mérito e as qualidades artísticas desta jovem munícipe que tem levado o nome da sua vila e do concelho da Nazaré aos mais famosos palcos de dança nacionais e internacionais, numa área que desenvolve já com grande mestria, bem patente na sua última participação internacional, pese embora a sua juventude. -----

Aos 10 anos dançou num dos teatros mais prestigiados do mundo na área do ballet, em Nova Iorque, recebendo críticas de excelência por parte da imprensa americana da especialidade_ Agora, com apenas 13 anos, conta já com participações em prestigiados teatros em Bruxelas, Paris, Nova Iorque, entre outros, e tem sido premiada em concursos internacionais desde a idade de 10 anos. Ainda no último mês de Dezembro, foi convidada pelo Instituto Camões e pela Embaixada de Portugal a fazer parte do elenco de um bailado em Florença, na Itália.-----

No ano em curso, a Laura Matos Viola foi seleccionada para representar Portugal nas finais mundiais do Dance World Cup 2017, as quais tiveram lugar em Offenburg, Alemanha, de 23/06/2017 a 02/07/2017. -----



Além de renovar a medalha de ouro obtida no ano de 2016 nesta competição, como melhor solista estilo clássico na sua categoria (Children — ballet em pontas), a Laura obteve ainda este ano a medalha de ouro como solista de dança contemporânea na sua categoria (Children 8). -----

Além destas medalhas, obteve mais nove medalhas de ouro, uma de prata e uma de bronze, nas suas participações em dueto, quarteto e grupos de vários estilos, integrando os grupos que obtiveram as maiores pontuações do concurso em estilo clássico, contemporâneo e ballet fusão.

A Laura prosseguirá os seus estudos artísticos no Conservatório Internacional de Ballet e Dança Annarella Sanchez, em Leiria. Este Conservatório foi este ano certificado pelo Ministério da Educação. Já este Verão, frequentará o curso de Verão do referido Conservatório, até 04 de Agosto. Frequentará também, de 13 a 27 de Agosto, o Summer Akademie do Ballet de Dortmund, Alemanha, onde foi admitida com bolsa integral (talent scholarship). -----

A sua formação artística e técnica é fruto dos ensinamentos e orientação prestada pela Professora Annarella Roura Sanchez e por várias personalidades do Mundo do Ballet Internacional, professores e bailarinos, que esta Professora convida para ministrar aulas no seu reconhecido Conservatório. -----

Na referida final mundial, sempre que ganhou ouro, fez com que se escutasse e entoasse, na Alemanha, o Hino de Portugal! -----

As suas medalhas e as dos restantes seleccionados nacionais, fizeram com que Portugal, enquanto país, ficasse classificado em 2º lugar mundial, atrás da Inglaterra e à frente de um potentado como a Alemanha, que ficou em 3º. -----

É pois, pelo descrito antes, e como prova da grande satisfação dos nazarenos, que a AMN reunida em plenário a 07 de Julho de 2017, delibera: Conceder a Laura Matos Viola um Voto Público de Louvor, pelas suas já imensas vitórias e pelo seu reconhecido talento, frutos de um trabalho árduo, muito exigente, mas consequente, que esta assembleia reconhece desta forma, com muita satisfação. -----

Se aprovado, deve ser dado conhecimento deste voto à agora louvada, aos seus pais, também eles naturais e residentes no concelho, e ao Conservatório Internacional de Ballet e Dança Annarella Sanchez, em Leiria, onde a Laura Matos Viola estuda. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

O Senhor Joaquim Pequicho comentou as ausências verificadas na sessão anterior da Assembleia Municipal, pretendendo que tal situação não aconteça no novo órgão deliberativo a ser eleito em outubro próximo.-----

Falou sobre os tristes acontecimentos com os fogos ocorridos na parte norte do distrito de Leiria e por tal facto solicitou a observância de um minuto de silêncio e voto de pesar. -----

Na sequência, o Senhor Graciano Dias observou que esta questão já deveria ter sido apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia. -----

Questionou relativamente aos resultados financeiros da Câmara Municipal transitados de 2015, para o ano de 2016 e se existe um défice de quatro milhões e seiscentos mil euros em resultados operacionais, não sendo uma realidade o abaixamento da dívida, mas sim uma falácia, sendo muito fácil manipular contas, verificando-se a existência de muitas reservas colocadas pelo Revisor Oficial de Contas, sendo bom que os cidadãos percebam o que se está a passar. -----

MOÇÃO – NECESSIDADE DE HORÁRIO DE ABERTURA PERMANENTE NO ATENDIMENTO COMPLEMENTAR DE SAÚDE NO CONCELHO DA NAZARÉ – Coligação Democrática Unitária

Para apreciação e votação, o Senhor António Caria dos Santos apresentou a moção supra indicada, aceite por unanimidade para discussão, que se transcreve: -----

“Mais um Verão chega, e, mais uma vez, a Nazaré, a sua população e a que nos visita, continuam a não ter um serviço de atendimento permanente ao nível da saúde como já teve e deveria obrigatoriamente ter. -----

Passam de ano para ano, de mandato para mandato, as nossas reivindicações por melhores



condições de atendimento nos cuidados de saúde primários e urgentes ou emergentes a toda a população que vive neste concelho e aos milhares que nos visitam. -----

Cada ano que passa, a situação piora. Cada dia que passa é o mesmo problema quando a falta de saúde acontece, quer seja às nossas crianças, aos nossos jovens, aos adultos ou aos idosos, ninguém aqui está livre de morrer por falta do atendimento de proximidade e socorro de primeira linha. Quantas aliás não morreram já a caminho do tão ambicionado primeiro socorro, que dista mais de 10 quilómetros? Quantas são também os que não vão a esse atendimento distante por dificuldades financeiras para o transporte? Tantas vezes já o dissemos nesta Assembleia Municipal, mas parece que não nos ouvem. -----

Desde o tão necessário Centro de Saúde, que nunca mais começa a ser construído, até à falta deste tipo de prestação de socorro e assistência às populações de forma diária e permanente, a Nazaré é a montra do país que ainda temos. -----

Já tanto dissemos sobre o tipo de cuidados de saúde que nos são prestados por cá, que não vale a pena reproduzir mais a calamidade. Apenas dizemos que a situação está muito pior do que quando nos prometeram (e até cumpriram durante algum tempo) em determinadas épocas do ano e no Verão, que a Nazaré teria serviço de atendimento permanente (SAP) durante as 24 horas. Se entenderam na altura essa necessidade, porque é que agora, com muito mais gente por cá, não temos? É só isso que não compreendemos! -----

Não fosse a capacidade técnico-profissional de todos os profissionais que trabalham na área e bem podiam os senhores governantes e os directores de ACeS ter a certeza que seriam responsáveis por muitas mais desgraças. -----

Pelo atrás dito e porque nos assiste o direito à manifestação e à revolta, a AMN reunida em plenário a 07 de Julho de 2017, delibera: -----

1 — Exigir ao governo, através do Sr. Ministro da tutela, que considere a necessidade urgente de prover os recursos humanos e materiais necessários e suficientes à manutenção e reforço do

Serviço de Atendimento Permanente (SAP) da Nazaré, durante a época balnear e durante as outras épocas de maior afluência de turistas à Nazaré, como são os casos da Passagem de Ano, Carnaval e Páscoa. -----

2 — Que possa promover junto da Administração Regional de Saúde e do ACeS Oeste Norte as necessárias autorizações, com carácter de urgência, no sentido de acautelar a abertura deste serviço o mais breve possível, de maneira a proteger os nazarenos e os milhares de turistas nacionais e estrangeiros que acolhemos diariamente e que não queremos que levem más impressões do atendimento do nosso Sistema Nacional de Saúde. -----

Estamos certos que a nossa solicitação vai ser rapidamente atendida, pela extrema necessidade do pedido e pelo muito que a nossa terra tem dado ao desenvolvimento turístico do nosso país. Um concelho como o da Nazaré, conhecido em todo o mundo, merece também os melhores serviços de saúde possíveis. -----

Se aprovada, deve ser enviada, com urgência, ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Saúde, à Comissão de Saúde da AR, à Administração da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, ao ACeS Oeste Norte, à comunicação social local, regional e nacional, incluindo televisões.” -----

O Senhor Abílio Marques questionou o que falta fazer para se obter a construção do Centro de Saúde, falando-se muito, não se vendo rigorosamente nada sobre o assunto.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

MOÇÃO – SOLIDARIEDADE COM AS VÍTIMAS DOS INCÊNDIOS NA REGIÃO DO PINHAL INTERIOR NORTE. DEFENDER A FLORESTA, A AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO NACIONAL – Coligação Democrática Unitária

Para apreciação e votação, o Senhor António Caria dos Santos apresentou a moção supra indicada, aceite por unanimidade para discussão, que se transcreve: -----



“Os trágicos acontecimentos decorrentes dos incêndios que deflagraram na região do Pinhal Interior Norte, nomeadamente em Pedrogão Grande e outros concelhos adjacentes do Distrito de Leiria, tiveram dramáticas consequências humanas, sociais, económicas e ambientais. -----

Os problemas da floresta portuguesa e as catástrofes como as que agora aconteceram, não resultam apenas das condições climatéricas extremamente adversas que se verificaram.

Decorrem também da destruição da pequena e média agricultura, do desaparecimento de muitos milhares de explorações familiares e da desertificação do mundo rural e do interior do País. -----

Catástrofes como esta são ainda indissociáveis da aplicação da PAC e das suas desastrosas reformas, bem como do resultado de políticas agro-florestais, orçamentais e de serviços públicos contrárias aos interesses dos agricultores e do mundo rural. -----

Estes trágicos acontecimentos obrigam à reflexão e à decisão sobre medidas em três aspectos essenciais: -----

- Os meios que a Protecção Civil tem ao seu dispor para o combate aos incêndios, tendo em conta o quadro climatérico que será, previsivelmente, bastante adverso, nomeadamente quanto a investimentos em meios terrestres e aéreos e outros equipamentos colectivos. -----*
- As condições de intervenção dos operacionais que estão e continuarão a estar no terreno durante as fases mais agudas da época de incêndios -nomeadamente quanto à formação ministrada; aos equipamentos individuais; às condições materiais para o desenvolvimento das suas tarefas (designadamente quanto à valorização do pagamento às Equipas de Combate a Incêndios Florestais); e quanto à disponibilidade de meios humanos nas corporações de bombeiros tendo em conta os graves problemas sociais que persistem e o elevado nível de emigração com especial incidência nas regiões rurais. -----*
- A "Reforma Florestal" do Governo PS que não responde aos principais problemas da floresta portuguesa, ao trabalho de prevenção de incêndios e à defesa da floresta. Significa uma*

continuação da política de anteriores governos e contribuirá para agravar esses mesmos problemas. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Nazaré, reunida no dia 28 de Junho de 2017, delibera: -----

1 - Expressar a sua profunda consternação pela perda de vidas nesta catástrofe — tão mais dolorosa quanto em tão elevado número - e expressa os seus pêsames e sentimentos de solidariedade a todos os familiares e amigos das vítimas. -----

2 - Sublinhar, valorizar e expressar o seu reconhecimento pelo abnegado e corajoso trabalho dos bombeiros e de outros profissionais da protecção civil, realizado em condições atmosféricas e orográficas manifestamente difíceis e profundamente adversas à missão de combate a incêndios.

3 - Considerar que as autoridades competentes, nomeadamente o Governo português, devem decidir celeremente de todos os apoios do Estado possíveis para apoiar os que perderam os seus entes queridos, as suas habitações, explorações agrícolas, florestais ou outros bens materiais.

4 - Considerar que para evitar tragédias como a que afectou e afecta vários concelhos do Distrito de Leiria se devem observar um conjunto de medidas que dêem resposta às seguintes questões essenciais. -----

a) A inversão da tendência da desresponsabilização do Estado na gestão da floresta, na prevenção e combate a incêndios e no ordenamento do território e combate à desertificação.-----

b) A Inversão do esvaziamento humano de estruturas da Administração Central e a rarefacção de meios financeiros para a floresta e para o apoio à actividade agrícola. -----

c) O desenvolvimento económico e social das regiões mais afectadas pela desertificação humana, nomeadamente em virtude da emigração por razões sociais. -----

d) A adopção de uma política que rejeite a monocultura do eucalipto, planifique o seu cultivo, obedeça a critérios de dimensão e de localização, reabilite outras manchas florestais e outros usos do solo, que diversifique e enriqueça a economia e a paisagem e dê especial atenção a reabilitação das linhas de água. -----



e) A valorização e a importância do papel dos pequenos produtores e compartes dos Baldios, nomeadamente por via de mais meios e poder de decisão às suas associações. -----

f) O problema central do baixo preço do material lenhoso. -----

g) O ordenamento da floresta, designadamente através da elaboração do Cadastro Florestal com os meios financeiros adequados. -----

Se aprovada, deve esta moção ser enviada às seguintes entidades: -----

- Exmo. Senhor Presidente da República-----
- Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República-----
- Exmo. Senhor Primeiro Ministro-----
- Exmo. Senhor Ministro da Agricultura, florestas e desenvolvimento rural -----
- Exma. Senhora Ministra da Administração Interna-----
- Grupos Parlamentares na AR
- Presidentes das câmaras municipais: de Pedrogão Grande; Castanheira de Pêra; Figueiró dos Vinhos; Ansião e Alvaiázere.” -----

O Senhor Abílio Marques disse verificar-se muita incompetência, conforme se verificou nas intervenções efetuadas na comunicação social, sendo esta moção mais um documento a ser enviado às várias entidades, mas que irá servir de pouco. Concorda com o teor da moção, mas a política que tem sido praticada no País, tem sido zero. -----

Pretende respeitar o minuto de silêncio, mas a culpa de toda esta situação tem sido de quem tem governado o País, pretendendo para o efeito, abster-se na votação do assunto. -----

Deliberado, por maioria aprovar, com a abstenção do Senhor Abílio Marques. -----

**MOÇÃO – PELA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA NO MOLHE
SEGURANÇA NO MOLHE NORTE DO PORTO DA NAZARÉ – Coligação Democrática
Unitária**

Para apreciação e votação, o Senhor António Caria dos Santos apresentou a moção supra indicada, aceite por unanimidade para discussão, que se transcreve: -----

“Depois da recuperação do molhe norte do porto da Nazaré, afectado em Janeiro de 2013 por uma tempestade marítima de graves consequências em várias estruturas locais, o mar continua a fazer das suas naquele ponto da nossa costa. -----

Sucedde agora, que devido ao deslocamento, por afundamento dos tetrápodos de betão em direcção ao mar, ficaram estes separados do pontão que defendem, deixando uma abertura com alguns metros, entre o final do pontão de cimento e esses mesmos tetrápodos que dali se descolaram, originando que existam já uns enormes buracos com alguns metros largura e de profundidade, conforme se pode confirmar nas fotos juntas. -----

Por via disso, torna-se muito urgente que novamente se tomem medidas rápidas e consequentes, com vista à recuperação da ponta do molhe norte, junto ao farolim e, ao mesmo tempo, se evite que ali aconteça alguma tragédia humana. A situação é, sem dúvida, muito perigosa, na medida em que aquela zona é muito concorrida, ainda mais nesta época do ano, o que coloca em risco os adultos, e, principalmente, as crianças que ali se passeiam. -----

Nesse sentido, e com vista a que rapidamente se tomem decisões que impeçam poder acontecer ali alguma tragédia, a CDU propõe que esta AM delibere: -----

1 – Que a CMN informe urgentemente todas as autoridades com responsabilidade na manutenção ou recuperação nas infra-estruturas daquele tipo, para que, no mais breve prazo, possam decidir da recuperação da estrutura e, de forma mais urgente, da criação de uma zona de segurança, ou do que entenderem mais apropriado, para salvaguardar a segurança das pessoas que ali passam.

2 – Que a CMN não negligencie a consequente e rápida resolução deste assunto até ele estar completamente resolvido. -----

3 – Que a CMN providencie, dentro das suas possibilidades, a colocação imediata e provisória de algum tipo de limitador de aproximação ao precipício ali criado pela natureza, mas que têm que



ser os homens a saber urgentemente resolver.” -----

O Senhor António Caria dos Santos, em resposta, defendeu que a moção deveria ser aprovada por unanimidade; respeita outras opiniões, mas lembrou a moção apresentada e votada sobre o molhe sul do Porto da Nazaré, que tem corrido por todos os departamentos governamentais, existindo respostas concretas para a sua futura reparação, pois são eles que têm o poder de decisão e a Assembleia deve exigir.-----

O Senhor Abílio Marques solicitou que o Executivo de pronunciasse sobre esta moção.-----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Presidente da Câmara prestaria a informação no período que lhe está indicado. -----

O Senhor Abílio Marques disse pretender votar favoravelmente a moção e referiu que esta matéria é muito importante para a segurança no mar e nas praias, existindo alguns atropelos no tratamento deste assunto por parte de quem tem responsabilidades no domínio público marítimo.-

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

RECOMENDAÇÃO AO EXECUTIVO - EDUCAÇÃO – Coligação Democrática Unitária

Por último, o Senhor António Caria dos Santos apresentou uma Recomendação ao Executivo sobre a Educação, que se transcreve: -----

“Como sempre afirmámos, as razões que concorrem para o sucesso escolar são de natureza variada e estão correlacionadas. Apesar desta correlação de variáveis, muitos estudos mostram que as crianças das áreas mais pobres da sociedade apresentam maiores problemas de comportamento e de compreensão. No dia oito do passado mês de Maio, o Ministério da Educação tornou público um estudo sobre as classificações obtidas pelos estudantes portugueses no 5º e 6º ano, onde conclui que os alunos pobres chumbam duas a três vezes mais. Este trabalho singular em Portugal, o segundo país da OCDE onde um maior número de alunos com 15 anos já chumbou no primeiro ou segundo ciclo (17%), e país líder no número de alunos com dois ou mais chumbos (5,4%), coloca a nu, e à partida, duas marcas essenciais: -----

1.^a - O impacto da origem socioeconómica dos estudantes no seu percurso escolar. Os alunos carenciados reprovam no mínimo o dobro dos colegas que não precisam de apoio social e económico; -----

2.^a —A escola não está a conseguir anular as desigualdades sociais por forma a providenciar oportunidades de aprendizagem iguais para todos. Aqui a CDU diz não. As conquistas escolares dos alunos com um estatuto socioeconómico mais carenciado não devem, nem podem ser um destino nem uma inevitabilidade social. -----

Focados pois nesta variável socioeconómica, que continua a ser um factor marcante no sucesso escolar dos alunos, constatando o aumento sem precedentes de todo o tipo de taxas e impostos, colocado em prática por este executivo nos últimos quatro anos de mandato, é justo concluir que sobre as famílias nazarenas, sobre os pais e encarregados de educação da Nazaré, sobre os alunos da nossa terra, o município actuou como um agente dificultador e diferenciador. Nesta perspectiva, este executivo está claramente a constranger as famílias mais fragilizadas e a contribuir para aumentar as desigualdades entre estudantes. São destes factores que o Presidente da Câmara, Walter Chicharro, deve lembrar-se quando diz aos alunos "prossigam os estudos, porque só assim terão maiores condições de êxito". Se está a criar dificuldades na origem, criando constrangimentos económicos às famílias do concelho, o êxito nunca será alcançado! Está, pelas suas práticas, a criar um sistema de sucesso escolar para privilegiados que apenas reproduz o modelo social vigente. Da mesma forma, destes factores deve lembrar-se o vereador da educação, Manuel Sequeira, quando apela "à continuação dos estudos nas escolas do concelho da Nazaré". -----

Continuar a estudar no concelho, sem condições para que as famílias por cá se fixem, parece-nos difícil! Para que as nossas famílias, os nossos pais e encarregados de educação, os nossos alunos queiram prosseguir os estudos nas escolas do concelho da Nazaré, temos a obrigação social e moral de, no mínimo, oferecer condições de igualdade às oferecidas pelo concelho com o qual



fazemos fronteira e para o qual temos perdido, e este ano vamos continuar a perder, alunos. Assim, a CDU propõe que a todos os alunos do 1.º ciclo, cujos pais demonstrem interesse formal, seja oferecido o seguinte material escolar: -----

1 Mochila ■ 1 Dossiê A4 de lombada larga; ■ 2 Cadernos A4 pautados, com capa plástica; ■ 2 Cadernos A4 quadriculados, com capa plástica; ■ 1 Régua de 20 cm (só aos alunos dos 1º e 2º anos); ■ 1 Régua de 30 cm (só aos alunos dos 3º e 4º anos); ■ 4 Lápis de carvão; ■ 1 Caneta azul (só aos alunos do 2º ano); • 1 Caneta azul, 1 caneta preta, 1 caneta verde e uma caneta vermelha (só aos alunos dos 3º e 4º anos); ■ 2 Borrachas; • 1 Afiadeira com depósito; ■ 1 Tesoura; • 1 Cola líquida e uma cola batom; ■ 1 Caixa de 12 lápis de cor; ■ 1 Compasso (só aos 3º e 4º anos); • 1 Transferidor (só aos 3º e 4º anos). -----

Mais propomos, - em virtude de este ano ser o Estado a oferecer os livros escolares ao primeiro ciclo -, que os manuais sejam oferecidos pelo Município, nos seguintes termos: - Manual de fichas de português (1º, 2º, 3º e 4º ano); - Manual de fichas de matemática (1º, 2º, 3º e 4º ano); - Manual de fichas de estudo do meio (1º, 2º, 3º e 4º ano); - Manual de fichas de inglês (3º e 4º ano); -----

A oferta a todos os alunos deste material, a par da fixação de uma justa tabela de preços de serviços e de impostos municipais aos munícipes, dá um sinal do que deve ser a Educação para o Concelho da Nazaré: - Uma prioridade, uma justa e concreta democratização de oportunidades de crescimento. -----

Afinal, um Cumprir da Constituição da República Portuguesa.” -----

O Senhor Graciano Dias lembrou uma moção anteriormente apresentada na Assembleia Municipal, que foi chumbada, relativamente à continuidade dos estudos na Nazaré para os alunos do 10.º ao 12.º ano de escolaridade, que não é possível estudarem na Nazaré no Externato Dom Fuas Roupinho, mas saírem para Alcobaça.-----

O Senhor António Caria dos Santos em resposta indicou que a Coligação Democrática Unitária

apresentou moção em defesa da escola pública no concelho da Nazaré, porque o Governo iria terminar os contratos de associação com os externatos particulares, tal como aconteceu na maioria do País, sendo essa a verdade. -----

A Senhora Telma Ferreira pretendeu esclarecer sobre a situação ocorrida, indicando que o único voto contra neste assunto da escola pública, foi o do Senhor Graciano Dias.-----

O Senhor José Cesário disse concordar com o conteúdo do documento e a cedência dos materiais escolares; conhece a realidade, e os apoios dados pela Câmara da Nazaré, não são inferiores aos de Alcobaça.-----

O Senhor Graciano Dias quis repor a verdade, pois pretendeu defender a continuidade do Externato Dom Fuas Roupinho, socorrendo-se da leitura de dados estatísticos sobre o ensino na Nazaré, estando a Nazaré a perder para Alcobaça e que moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária não acautelava esta situação. -----

O Senhor Alexandre Isaac lembrou a falta de capacidade existente no Externato Dom Fuas Roupinho, obrigando os alunos a dirigir-se para Alcobaça, e o que se pretende, é que existam instalações na Nazaré, para dar continuidade ao ensino, e que na votação do assunto, todos se abstiveram com apenas dois votos contra. -----

Na sequência das intervenções, o Senhor Joaquim Pequicho, disse estar-se a verificar um confronto ideológico e o que se deve garantir é o acesso ao ensino, não estando em causa o ensino público ou o privado.-----

O Senhor Graciano Dias referiu que, o que estava em discussão em anterior Assembleia eram os contratos de associação, para que não se perdessem alunos como se estão a perder e não o ensino público. -----

Dada a palavra ao Senhor Vereador da Educação, Manuel Sequeira, prestou várias informações sobre a atividade escolar no concelho, indicando que não existia qualquer aluno que saia da Nazaré para Alcobaça por motivos de carência, pois existe um trabalho com a Ação Social, que é



conhecedora dos problemas e exemplificou sobre apoios dados na alimentação escolar e material didático.-----

O Senhor António Caria dos Santos lembrou que este documento era uma proposta e deveria ser votado.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou existir uma grande aposta na educação, com a melhoria das condições atuais, construção do Centro Escolar de Famalicão e da Ação Social, passando-se por várias situações e não só pelas ofertas aqui faladas, mas todo um conjunto de atividades. Já tinha alertado a Docapesca para a questão dos tetrápodos e outras situações existentes, índio acontecer uma nova reunião na próxima semana onde será debatido de novo o assunto.-----

Quanto à questão do Centro de Saúde da Nazaré, está em processo de execução administrativa, com duas propostas de execução, até à obtenção do Visto do Tribunal de Contas; está a ser agilizado o plano para instalação das Unidades de Saúde em espaços pertença da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, com a execução de obras de adaptação para o efeito.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreeveu-se o Senhor António Azeitona, para falar sobre o Plano da Orla Costeira, pretendendo conhecer o parecer emitido pelos docentes da Universidade de Coimbra e o que a Câmara tem estado a diligenciar sobre o mesmo.-----

Seguidamente tomou a palavra o Senhor José António Hilário Ferreira, e questionou se o valor de empréstimo de trinta e três milhões de euros propalado na comunicação social se destina às obras para a recuperação do edifício do Farol da Nazaré. -----

O Senhor Presidente da Câmara em resposta ao solicitado, informou que o parecer atrás indicado, não foi enviado à Assembleia para conhecimento dos seus membros, mas que o mesmo poderia ser remetido aos membros. Seguidamente informou sobre os custos da recuperação do Farol e respetivos acessos, com recurso a fundos comunitários. Relativamente ao trânsito, o que

está em causa é a proibição de circulação de autocarros de turismo na Marginal Norte, aos sábados e domingos, tendo sido uma medida implantada transitoriamente, por sugestão da Polícia de Segurança Pública, estando ainda em estudo; se a medida não for a apropriada, recuar-se-á até à obtenção da melhor solução.-----

Referindo-se aos grandes eventos realizados, verifica-se que os mesmos trazem uma grande quantidade de forasteiros à Nazaré, ajudando em muito a economia local. -----

Excecionalmente, o Senhor Presidente da Assembleia abriu uma segunda oportunidade aos munícipes presentes de intervirem, tendo-se inscrito os Senhores:-----

- Mauro Olavo Fernandes, disse existir um congestionamento no trânsito na Marginal e se houver mais policiamento, a questão será resolvida, devido à existência de maus estacionamento, não cumprimento das regras, má formação e falta de civismo dos condutores.-----

- João Pescadinha, questionou sobre os benefícios para os Municípios e para a Autarquia, relativamente ao contrato de fornecimento de água e se o empréstimo de trinta e três milhões de euros se destina também ao pagamento de dívida existente com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Dada a palavra à Senhora Vereadora Regina de Matos, detentora do pelouro do Trânsito, informou que é uma área que não é fácil de resolver. A fiscalização é premente, devendo encontrar-se mais lugares de descarga, a Sul, estando em fase experimental aos fins-de-semana. –

O Senhor Presidente da Câmara disse que eventualmente as autoridades policiais não conseguem chegar a todo o lado, tendo-se solicitado à Polícia de Segurança Pública a indicação de sugestões para a resolução da questão do Trânsito, pretendendo-se, em conjunto, obter as melhores soluções para a fluidez do tráfego. Alargou-se o espaço de cargas e descargas naquela zona. -----

Referindo-se ao empréstimo, trata-se de resolver dívidas anteriores ao ano de 2013, anteriores à entrada em funções do atual executivo, estando os Serviços Municipalizados com os pagamentos



em dia a partir de fevereiro de 2014, com as empresas Valorsul e Águas de Lisboa e Vale do Tejo.-----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – (apreciação)

O Senhor António Caria dos Santos solicitou a palavra e efetuou a seguinte intervenção: -----

“Para quando o envio deste documento que estamos a analisar de maneira a que o mesmo cumpra na totalidade as Leis 73 e 75 de 2013, e a proposta da CDU, nesse sentido, aprovada por esta AM. -----

Para quando a Mesa da AMN faz cumprir ao executivo o que o plenário da AMN determina nas suas deliberações? -----

Para quando as respostas às imensas questões que durante este mandato a CDU lhe fez chegar?--

Para quando a resolução definitiva do problema do trânsito e estacionamento na rua do Areal? --

Para quando a retirada de todas as placas de trânsito a proibir a circulação e estacionamento às autocaravanas? -----

Para quando a colocação das placas de trânsito necessárias na rua Joaquim Manso? Para quando o cumprimento integral do regimento desta AMN? Para quando o cumprimento do plano anual da AMN? Para quando a transmissão via Internet das sessões da AMN? -----

Para quando a oferta, e não tarifário social, oferta da água consumida em casa de cada bombeiro voluntário da Nazaré? Lembramos aqui a proposta da CDU apresentada a 27-12-2013. -----

Bem sabemos que já são muitas perguntas Sr. Presidente. (Mas ainda não são todas as que podíamos aqui fazer, tal a quantidade de anomalias e incumprimentos por parte da Mesa da AMN neste mandato autárquico). -----

Também sabemos que já não é fácil mudar os hábitos deste presidente e desta Mesa da AMN, que

têm uma posição autoritária e de não-aceitação das deliberações deste órgão, que assim não servem os interesses da população que deveriam defender. -----

A CDU foi sempre lutando constantemente para que tal não acontecesse, para que tudo fosse esclarecido e cumprido, mas isso não foi possível devido à maioria que conseguiram aqui obter, não sabemos a que preço e mesmo contra a vontade da população. -----

Não entendemos antes, nem entendemos agora, que a AMN seja um braço estendido do executivo para se aprovar tudo sem qualquer discussão. Nunca deixaremos de questionar o que nos crie dúvidas, tal como não deixaremos de participar e de exigir que se mude o que está mal. -----

Não desistiremos de lutar. Agora e sempre que a população precisar de nós e nos der voz. -----

Resposta dos Serviços Administrativos a 2017-05-03 a parte das questões colocadas pela CDU na AMN de 21 de Abril. -----

Faltam-nos ainda as respostas que ficaram de nos enviar, quanto ao número e origem dos processos em tribunal em que a autarquia seja parte. Bem como o valor que eles podem ter nas finanças locais. -----

Ficámos à espera que aparecessem neste documento, como é legalmente exigido e depois da aprovação da proposta da CDU na última sessão que a isso obrigava também. Infelizmente isso não aconteceu. Infelizmente não aprendem! Infelizmente neste momento não há transparência nenhuma nesta autarquia! -----

Quanto às respostas recebidas, elas são bem esclarecedoras das mentiras que fomos ouvindo por parte do presidente da CMN durante este mandato. Tudo de mau que acontecia tinha a ver com a dívida herdada! Esquecendo que enganou a população durante a campanha, dizendo ter forma de a resolver facilmente. E agora, o que vai dizer o novo executivo, que o problema da dívida está neste executivo que não o resolveu e eventualmente o aumentou? Pois é, logo se verá! -----

De uma coisa não se livram: dos elementos da CDU, que na verdade os fiscalizam, mesmo com as dificuldades que nos criam para que esse trabalho não seja possível ser feito: -----



Das respostas recebidas, confirma-se que a CDU tem razão: NÃO ESTÁ TUDO PAGO! Bem pelo contrário! -----

Sobre os SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ: confirma-se que, a 31.12.2016, existia uma dívida total que ascendia a 402.493,61 E, relativa ao fornecimento/consumo de água. Importa clarificar que, a partir de 2016, passou a existir articulação com os SMN, no sentido de que as faturas sejam enviadas no próprio mês. Com efeito, antes disso, a faturação não era enviada à contabilidade camarária todos os meses, o que justifica o lançamento de 2 e 3 meses de faturação de água num só mês. Como se disse, desde 2016, esse procedimento foi corrigido. Cá estaremos para ver isso! -----

• Sobre a firma VALUE ADVISORY SERVICES FOR BUSINESS, LDA.: está em dívida, atualmente, o valor de 21.087,70€ (que, de acordo com o planeamento já estabelecido — superiormente e com os representantes legais da empresa — será pago no corrente mês). ----- A fatura em causa esteve em conferência durante algum tempo, uma vez que houve várias tentativas de negociar o valor em dívida. -----

• Sobre a BDO CONSULTING, LDA.: informamos que o valor que estava em dívida a 31.12.2016 foi totalmente pago, no dia 12.01_2017. -----

• Sobre a VECO JUNCAL, LDA.: as duas primeiras faturas (nos valores de 397,29 E e 38.329,85 €) foram pagas em 26.01.2017; as duas últimas são faturas que se encontram em factoring. ----- Quando se olha para o registo, efetivamente, há um hiato de tempo grande. -----

Acontece que, as faturas, estando registadas anteriormente, não estavam lançadas na conta do factoring. Esse lançamento foi corrigido em 2011 e 2014, respetivamente. Na prática, as faturas sempre estiveram lançadas, apenas em classes de contas de fornecedores diferentes (fornecedores c/c e fornecedores c/c em factoring). -----

• Sobre a MATOS & NEVES, LDA.: esta fatura foi paga em 10.02.2017. -----

• Sobre a VIBEIRAS, S.A.: do valor em dívida, foi pago 20.000 €, em 28.03.2017. -----

De acordo com o que se encontra estipulado internamente, prevê-se que sejam efectuados pagamentos mensais, na ordem dos 20.000 €, até pagamento integral do montante em dívida. -----

Finalmente, e conforme solicitado por V. Exa., anexa-se o parecer da ERSAR, sobre os tarifários em vigor. -----

Este é só um pequeno levantar do véu sobre o que este executivo do PS tem feito pelas finanças autárquicas. Muito propalavam alguns membros da AMN no anterior mandato, quando referiam que a Nazaré estava num dos primeiros lugares quanto aos municípios que mais tempo demoravam a pagar a fornecedores. Sendo verdade e não escamoteando as razões dessas afirmações, o que dizer agora quando neste mandato a Nazaré esteve algumas vezes, e está actualmente no primeiro lugar desse desonroso ranking. O que dizem agora os Srs. Membros do PS? -----

Não fossem as engenharias financeiras executadas nas contas autárquicas e as contas finais estariam para lá do absurdo! -----

Se for necessário, ler: AMN de 27-12-2013-----

Pelo exposto, a CDU propõe: -----

Que a Câmara Municipal possa estudar a possibilidade de vir a ser oferecida, pelos serviços municipalizados, a totalidade da água consumida em casa de cada um dos Bombeiros que já fazem e dos que vierem a fazer parte dos quadros dos Bombeiros Voluntários da Nazaré.-----

Tal oferta recai sobre a água consumida. Os restantes encargos da factura serão mantidos, se outra coisa não for decidida pelo executivo municipal. -----

Se aprovada, esta proposta deve ser enviada ao executivo municipal para estudo e eventual execução. Da sua decisão, deve ser esta Assembleia Municipal informada na sessão de Fevereiro.

Deve também ser enviada cópia desta proposta à Direcção e Comando dos Bombeiros Voluntários da Nazaré. -----

Perguntar ainda: -----



Novas placas de estacionamento espalhadas por todo o lado, principalmente nas ruas a sul recentemente intervencionadas: -----

Quem aprovou e autorizou a colocação daquelas placas de trânsito e outras sinalizações? -----

Para que sejam eficazes, no caso de autuação pelas autoridades, as alterações ao regulamento do trânsito não têm que ser aprovadas por esta AM? Quando vão ser aprovadas? Foram as autoridades informadas desses factos? -----

A situação da colocação das placas, criada à pressa e em cima do joelho é apenas com o intuito de salvar o executivo pela trapalhada que originou a pavimentação e encolhimento da marginal? -----

Considera este executivo que o facto de estar a acontecer o anormal condicionamento de trânsito não se deve às alterações produzidas no espaço da marginal? -----

Podíamos estar aqui a fazer perguntas o resto da noite, mas será que isso resolveria a carga de trabalhos que este executivo criou a todos nós, por vaidade e para deixar marca pessoal no terreno. -----

Se se tivessem preocupado mais com todos e não apenas com alguns, teriam feito melhor serviço e exercido melhor o mandato que o povo vos atribuiu. -----

Já agora Sr. Presidente, e para finalizar, quais são os critérios que subjazem à informação escrita que V. Ex. tem por obrigação de dar a esta assembleia? De facto, não encontramos um fio condutor, uma estratégia nem pontes de ligação que tomem o documento sério, estruturado, esclarecedor e consistente. -----

Ainda assim, aprez-nos referir, a propósito do dito documento, o seguinte:-----

Onde está a referência à exposição da responsabilidade da Biblioteca da Nazaré " O Mar na Literatura" e conseqüente colóquio, que contou com um dos maiores escritores portugueses vivos — João de Melo — para além de outros dois ilustres escritores nazarenos — Jaime Rocha e M. Parisy (Mário Galego)? Quando apenas se refere a exposição que aconteceu no mesmo espaço e em simultâneo " Danças do Mar" da responsabilidade do Museu J. Manso. -----

Onde está a referência a um evento, apoiado pela CMN, que decorreu na Casa da Câmara da Pederneira, concretamente, a peça de teatro da Galateia “Pelos que andam sobre as águas do Mar...” -----

Relativamente à Pesca: Dá conhecimento da deslocação à DGRM por causa dos atrasos do Fundo de Compensação salarial por situações de intempérie. Mais uma vez alertamos — se quer ser conseqüente tem que agir concertadamente, designadamente, em sede da secção de municípios com portos de pesca da A.N. de municípios. Caso contrário serão sempre operações propagandísticas e inócuas quanto ao resultado. -----

Agricultura: Sr. Presidente alertam que os problemas da agricultura ultrapassam em muito a questão, ainda que importante, da limpeza dos rios. No entanto, tal como em relação à pesca nada de soluções. Querer estar do lado da grande distribuição e ao mesmo tempo do lado dos produtores, não é compatível Sr. presidente. Nós, sem sombra para qualquer dúvida sabemos de que lado estamos. No entanto, o que vamos fazendo em defesa destes setores não tem que estar constantemente em fotos de facebook. -----

Para terminar, voltando à área da cultura: valorizamos imenso a aposta no evento das "Esquininhas". Afirmamos que é por aí o caminho. Evento este que nos leva mais uma vez a afirmar que o nosso programa eleitoral de 2013, tem-vos servido em larga medida. No nosso programa constava a dinamização constante de eventos culturais de rua e de dinamização dos espaços públicos levando a arte e a cultura à população. No vosso onde estava isso referido?"----

O Senhor Joaquim Pequicho disse que quando se fala em espaços públicos, não se pode falar em experimentação, pois pode colocar em questão as empresas e a sua sobrevivência, apresentando reservas sobre a eficácia legal da colocação das placas de trânsito. Relativamente ao Centro de Saúde, toda a tramitação tem vindo a ser feita, mas passa mais um mandato e não fica feito, devendo esta Assembleia assumir a indignação por tal facto, pois é uma obra do estado e que já há muito deveria estar feita. -----



O Senhor Graciano Dias disse que os constrangimentos do trânsito, vêm na sequência do mau planeamento e falta de diálogo com a Polícia de Segurança Pública para a sua resolução. Não se pode fechar o trânsito sem consultar ninguém, sem prévio aviso. Mais disse que se está a transformar a Câmara numa empresa de eventos, referindo não estar contra eles, mas sim por estes serem levados a efeito com as custas para o povo da Nazaré, que está sobrecarregado de impostos, podendo ser arranjos apoios externos para a sua execução.-----

O Senhor Victor Parreira também questionou sobre a legalidade na colocação de sinalização de trânsito na Rua dos Galeões, pois foi um assunto que não veio à Assembleia. -----

O Senhor José Sales referiu-se à intervenção do Senhor Joaquim Pequicho, sobre a não construção do Centro de Saúde da Nazaré, mas que durante vinte anos da governação do Partido Social Democrata na Câmara, nada foi feito e perguntou ao Senhor Joaquim Pequicho se estava orgulhoso pelo trabalho desenvolvido pela governação do Partido Social Democrata, exemplificando com a dívida, pretensão da privatização das águas e resíduos. -----

Sendo meia-noite, a Assembleia deliberou dar continuidade aos trabalhos da sessão. -----

Seguidamente tomou a palavra o Senhor António Martins para lembrar que o melhor evento que se realizou nos últimos dez anos, foi o Campeonato de Futebol de Praia na Nazaré, com os enormes benefícios económicos que advieram para todos os comerciantes e industriais ligados ao turismo. Falou ainda sobre as localidades limítrofes, lembrando os presentes sobre o local de estacionamento dos autocarros quando visitam o Castelo em Óbidos, da visita ao Mosteiro em Alcobaça e interdição de autocarros na Marginal de S. Martinho. -----

O Senhor Joaquim Pequicho em resposta ao Senhor José Sales, informou que todos os intervenientes nos últimos mandatos nesta Assembleia, apresentaram variadíssimas moções ao Governo solicitando a construção de um novo Centro de Saúde, não pretendendo tirar mérito aos atuais dirigentes, mas que passado mais um mandato, ele ainda não está construído. -----

Disse ainda, que por uma questão de respeito para com todos os cidadãos que nos últimos vinte

anos deram o seu melhor em prol deste concelho, tinha muito orgulho pelo trabalho desenvolvido no concelho da Nazaré. -----

O Senhor Alexandre Isaac lembrou que também a Coligação Democrática Unitária apresentou muitas moções para a obtenção dos melhores resultados no concelho existindo outras obras que estão por executar; solicitou também informação sobre o Orçamento participativo da Câmara Municipal. -----

O Senhor Graciano Dias disse não estar contra os eventos, sendo a favor dos mesmos mas sim estar contra a forma da sua conceção, ao trazer muito valor para a Nazaré, mas sem onerar o cidadão, existindo muita gente interessada em promover as suas empresas. Lembrou que houve equipas desportivas participantes no evento, que estiveram alojadas noutros concelhos, também beneficiaram aqueles, sem a ocorrência de despesas para os mesmos. -----

Também a Senhora Telma Ferreira solicitou informação sobre o Orçamento Participativo, entendendo que o valor consignado é uma migalha no seu todo. -----

O Senhor José Cesário falou sobre as várias áreas de atuação do Executivo, com um trabalho intenso e sobre os eventos, lembrou que não se pode querer obter um retorno financeiro imediato. Referiu ainda a existência de um abatimento de cerca de novecentos mil euros à dívida.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que foram pagos mais valores à Firma Vibeiras, lembrou as limpezas efetuadas nos rios com os benefícios evidentes para os Agricultores, o apoio do Governo para o Regadio dos Campos da Cela e Valado dos Frades e as respostas aos anseios dos Pescadores da Nazaré com reuniões com o Governo. Sobre a Marginal, lembrou o seu estado de conservação à época de outubro de 2013, esburacada e sem drenagem; referindo-se ao Centro de Saúde da Nazaré, lembrou que o Partido Social Democrata nada conseguiu, mas foi o atual Executivo a resolver, não só com este Governo, mas também com o anterior Governo do Partido Social Democrata, estando o processo administrativo em execução, havendo outras soluções que estão pendentes no Governo. Não existe falta de planeamento e falta de diálogo nas questões do



trânsito, tendo tudo sido tratado com a Polícia de Segurança Pública e sobre os eventos a Câmara sempre apoiou todas as entidades que o solicitam, exemplificando com os patrocínios a eventos levados a efeito pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços da Nazaré. Os eventos desportivos levados a efeito pelo Município têm sido patrocinados por várias empresas e entidades, nunca descurando a procura de apoios. -----

Referindo-se à Igreja de S. Gião, informou que a candidatura está em preparação. Existe um outro processo de candidatura a atribuição de valores comunitários, que está bastante avançado, que possibilitará a entrada nos cofres do município de cerca de um milhão e setecentos mil euros, destinado a pagar dívida e início de obras. -----

Quanto ao Orçamento Participativo, disse ter havido alteração de verbas, tendo sido aumentadas. O primeiro elemento do Orçamento Participativo está já entregue. -----

Por último informou que os serviços da Câmara Municipal têm feito internamente todo o trabalho informático para a publicitação do concelho. -----

A Senhora Vereadora Regina de Matos prestou informação sobre a colocação da sinalização de trânsito e sua tramitação administrativa, nos termos da legislação nacional e regulamentação camarária.-----

No decorrer da discussão deste assunto, ausentou-se da sessão o Senhor Abílio Marques.-----

2. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016 – RATIFICAÇÃO DE DESCACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA – (apreciação e votação)

O Senhor Joaquim Pequicho questionou se existe incumprimentos do Executivo na matéria do Fundo de Apoio Municipal ou se houve alguma alteração às disposições tomadas pelo Senhor Secretário de Estado.-----

O Senhor António Caria disse que não interviria, apresentando posteriormente uma declaração de voto.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou sobre a questão, podendo abater-se mais dívida, mas sem a execução de obras necessárias, exemplificando com a Área de Localização Empresaria e o CarSurf. -----

O Senhor Joaquim Pequicho em resposta, indicou que seria importante colocar a dívida nestes últimos quatro anos, no que a Direção Geral das Autarquias Locais, considera o valor ideal para o equilíbrio financeiro cerca de vinte e dois milhões de euros, existindo uma escassa redução da dívida. -----

O Senhor José Cesário referiu que este Executivo sempre assumiu as suas responsabilidades, assumindo as dívidas do passado, não podendo esquecer os investimentos e que tem resolvido as questões, apesar das dificuldades existentes para os Municípios. -----

Dada a palavra à Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, esta prestou informação técnica sobre a tramitação dos documentos contabilísticos.-----

O Senhor Graciano Dias lembrou os procedimentos anteriormente efetuados e, em função das intervenções e informações prestadas, e existindo muitas reservas do Revisor Oficial de Contas referiu que nem o Revisor Oficial de Contas, nem o Tribunal de Contas iriam aprovar as contas. –

O Senhor António Caria dos Santos, na sequência das intervenções efetuadas, disse que o PAEL nunca foi aprovado para a Nazaré e lembrou as intervenções da Coligação Democrática Unitária em anteriores sessões. -----

Antes da realização da votação ausentou-se o Senhor António Nunes.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com uma abstenção do Bloco de Esquerda, seis votos contra, da Coligação Democrática Unitária, Senhores Victor Parreira, Joaquim Pequicho e António Manuel Teixeira e Graciano Dias e doze votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor José Cesário apresentou a declaração de voto que se transcreve: -----

“A rubrica "outros devedores - valores a regularizar" tem um saldo de 2,0 milhões de euros



(valor a receber pela autarquia); que valores estão inseridos nesta rubrica? Provavelmente, tratam-se de saldos que não irão ser recebidos pela autarquia; -----

- Em "depósitos bancários", o saldo contabilístico de 901.469 € não corresponde certamente à realidade, caso contrário a autarquia poderia pagar, em tempo útil, parte das suas dívidas (veja-se, por exemplo, que a dívida contabilizada a fornecedores é de 15,2 milhões de euros); -----

- Em "caixa", o saldo contabilístico é de 814.318 €; trata-se obviamente de um saldo inexistente (ou a CMN tem no cofre este montante?); -----

- A rubrica "caixa e bancos — valores a regularizar" tem um saldo de 3,3 milhões de euros; além de ser um saldo não real, poderá provavelmente ser relativo a importâncias não documentadas; --

- Em suma, estes saldos de activo totalizam 7 milhões de euros de montantes inexistentes ou que, muito provavelmente, não irão ser cobrados; -----

- No passivo, a rubrica "provisões para riscos e encargos" tem um saldo de 3,4 milhões de euros; apesar de muito elevado este montante, poderá vir a ser bem superior atendendo às conhecidas situações de litígio da CMN, (veja-se, por exemplo, a dívida às Águas do Oeste, está provisionada nesta rubrica?); -----

- A que respeita a rubrica de "acréscimos e diferimentos" no valor de 11 milhões de euros? Estarão aqui ocultos outros prejuízos ou receitas previstas mas nunca concretizadas? -----

- O resultado líquido positivo (de 3,3 milhões de euros) da CMN deve-se sobretudo a políticas contabilísticas, não reflectindo a situação económico-financeira da autarquia, tendo em conta a natureza e amplitude de situações por regularizar e esclarecer. -----

Tal como os revisores oficiais de contas que não assumiram aceitar sem reservas as contas do grupo municipal da Nazaré, também a CDU não o fará, pelo que o nosso voto é contra."-----

O Senhor António Caria dos Santos apresentou a seguinte declaração de voto: -----

"A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA neste ponto 2 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Mais uma vez somos chamados a tomar posição sobre as contas consolidadas da nossa autarquia. Também mais uma vez, e, aliás, desde a primeira vez que estes documentos da consolidação das contas começaram a ser apresentadas nesta AMN, os mesmos relatam os mesmos erros e omissões, as mesmas falhas graves de sempre. São por isso a prova provada do que temos referido variadíssimas vezes: - A gestão do PPD/PSD e a gestão do PS são pouco diferentes, para não dizermos que são iguais, no que concerne à resolução séria dos problemas financeiros da autarquia da Nazaré. Não resolvem! -----

Sentimos as dificuldades que devem existir nos elementos que produziram estes documentos, tal o modo como repetidamente têm que tentar não dizer que as coisas estão na mesma desde que aqui chegaram. Uma vergonha. -----

Fomos assistindo de ano para ano às manobras deste executivo, que, enganando todos, fazia crer que tudo se estaria a resolver e que no ano seguinte apareceria tudo resolvido. Falamos concretamente na inventariação e registo do património do município. Mais uma vez, nada aqui aparece! E disso fazem bem referência os revisores, mais uma vez. -----

Em final de mandato, depois de quatro anos de promessas, este executivo também não conseguiu resolver este problema. -----

Todo o universo do grupo municipal da Nazaré é o espelho das más políticas administrativas e financeiras levadas a cabo pelos executivos que nos têm desgovernado. -----

São disso prova as contas consolidadas aqui em apreciação que apresentam fortes debilidades, pelo que a situação real da autarquia não está devidamente reflectida:-----

Conforme mencionam os revisores oficiais de contas, há 5,3 milhões de euros de divergência entre saldos contabilísticos e reais, (desde 2011 que a CDU sabe isso); -----

A rubrica "outros devedores - valores a regularizar" tem um saldo de 2,0 milhões de euros (valor a receber pela autarquia); que valores estão inseridos nesta rubrica? Provavelmente, tratam-se de saldos que não irão ser recebidos pela autarquia; -----



- Em "depósitos bancários", o saldo contabilístico de 901.469 € não corresponde certamente à realidade, caso contrário a autarquia poderia pagar, em tempo útil, parte das suas dívidas (veja-se, por exemplo, que a dívida contabilizada a fornecedores é de 15,2 milhões de euros); -----
 - Em "caixa", o saldo contabilístico é de 814.318 €; trata-se obviamente de um saldo inexistente (ou a CMN tem no cofre este montante?); -----
 - A rubrica "caixa e bancos — valores a regularizar" tem um saldo de 3,3 milhões de euros; além de ser um saldo não real, poderá provavelmente ser relativo a importâncias não documentadas;
 - Em suma, estes saldos de activo totalizam 7 milhões de euros de montantes inexistentes ou que, muito provavelmente, não irão ser cobrados; -----
 - No passivo, a rubrica "provisões para riscos e encargos" tem um saldo de 3,4 milhões de euros; apesar de muito elevado este montante, poderá vir a ser bem superior atendendo às conhecidas situações de litígio da CMN, (veja-se, por exemplo, a dívida às Águas do Oeste, está provisionada nesta rubrica?); -----
 - A que respeita a rubrica de "acréscimos e diferimentos" no valor de 11 milhões de euros? Estarão aqui ocultos outros prejuízos ou receitas previstas mas nunca concretizadas? -----
 - O resultado líquido positivo (de 3,3 milhões de euros) da CMN deve-se sobretudo a políticas contabilísticas, não reflectindo a situação económico-financeira da autarquia, tendo em conta a natureza e amplitude de situações por regularizar e esclarecer. -----
- Tal como os revisores oficiais de contas que não assumiram aceitar sem reservas as contas do grupo municipal da Nazaré, também a CDU não o fará, pelo que o nosso voto é contra."-----
- Apresentou-se o Senhor António Nunes. -----

3. REGULAMENTO DE OBRAS E TRABALHOS NA VIA PÚBLICA, RELATIVO À CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, USO E CONSERVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – (apreciação e votação)

Ausentaram-se os Senhores Rui Marques, Alexandre Isaac, António Manuel Teixeira e Graciano Dias. -----

O Senhor António Caria dos Santos solicitou a palavra e declarou: -----

“Aqui está agora então o documento retirado da sessão da AMN de 21 de Abril.-----

Agora sim, parece-nos que está bem copiado. Sem erros. Sem denunciar de onde vem.-----

Esperamos que o mesmo esteja bem adaptado às nossas necessidades e que a fiscalização tenha a capacidade de o fazer cumprir, a bem de toda a população da Nazaré.”-----

Não existindo mais intervenções, foi colocado à votação. -----

Deliberado, por maioria aprovar, com uma abstenção do Senhor Victor Parreira e quinze votos a favor dos restantes membros. -----

4. REGULAMENTO DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO DA NAZARÉ – (apreciação e votação)

Os Senhores Alexandre Isaac, António Manuel Teixeira e Rui Marques retomaram os seus lugares

O Senhor António Caria dos Santos solicitou a palavra e declarou: -----

“Em primeiro lugar, temos que referir que não somos contra a existência deste regulamento.

No entanto, não somos favoráveis a que ele apareça em final de mandato, depois de ter sofrido imensas alterações. -----

Também não sabemos se irá ser colocado em prática por outro executivo, na medida em que o mesmo só surtirá efeitos no próximo ano. -----

Além do que foi dito, importa questionar o executivo sobre a necessidade de elaboração de um regulamento de apoio às associações de cultura, tal como este das do desporto. -----

Em que regulamento se baseiam para o tipo de associações culturais locais? -----

Como é feita a atribuição de apoios às várias associações que promovem acções exclusivamente de índole cultural? -----



Gostaríamos de obter as respostas.” -----

O Senhor Vereador Manuel Sequeira, prestou informação sobre a feitura do Regulamento em apreço, indicando que se trata da junção de dois documentos que já eram do conhecimento da Assembleia, tendo sido detetado que determinadas coletividades, tinham várias secções, e isso penalizava-as, sendo esta a única razão pela qual houve necessidade de separar.-----

O Senhor António Caria dos Santos disse conhecer a existência do anterior Regulamento, mas questionou se o documento anterior foi expurgado desta parte, de modo a não existir duplicação de candidaturas entre a parte cultural e a desportiva. -----

O Senhor Vereador Manuel Sequeira respondeu que se iria retirar do Regulamento.-----

A Chefe da Divisão Administrativa forneceu explicação adicional, que o mesmo seria revogado automaticamente com a publicação do documento. -----

Não existindo mais intervenções, passou-se de imediato à votação. -----

Deliberado, aprovar, por unanimidade. -----

“Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota a FAVOR, neste ponto 4 da ordem de trabalhos, apontando, no entanto, o seguinte: -----

1º – Este regulamento é apresentado em final de mandato autárquico e não sabemos se o mesmo será colocado em prática pelo executivo que vier a sair das próximas eleições; -----

2º – Era importante sabermos o que vai ser feito ao anterior regulamento de apoio ao associativismo que contempla também as associações de índole cultural. -----

3º – Este novo regulamento deixa aberta uma porta muito estreita para os apoios a conceder ao movimento associativo local, pelas dificuldades e pelos condicionamentos que manifesta à obtenção desses apoios, nomeadamente o financeiro, pelo que entendemos que poderá haver necessidade de ser melhorado; -----

4º – Porque, ao contrário do referido antes, possibilita a entidades externas ao concelho a obtenção, com alguma facilidade, de apoios autárquicos de todo o género para as suas

organizações, sem que tenham que cumprir o que as locais têm. Como aliás temos presenciado durante este mandato e, principalmente, neste último ano. -----

5º. – Algumas dessas organizações externas, que nem precisam de ter sido as maiores, conseguiram obter todos os apoios e financiamento de significado valor financeiro por parte da autarquia, que daria para alguns anos de apoios ao movimento associativo local. -----

Além do referido acima, importa também não esquecer a necessidade de existência de um regulamento que possibilite às associações de índole cultural, saberem com o que podem contar ao longo do ano, por parte dos apoios da autarquia, para as suas manifestações culturais.-----

É pois pelo acima exposto, e porque entendemos que o presente regulamento poderá vir a ser alterado para melhorar o seu conteúdo, que votamos a favor neste ponto.”-----

5. CONCURSO PÚBLICO (CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES QUENTES ESCOLARES) - ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (apreciação e votação)

Ausentou-se o Senhor António Martins e retomou o seu lugar o Senhor Graciano Dias.-----

O Senhor António Caria dos Santos efetuou a seguinte intervenção:-----

“ Antes de mais nada convém dizer que iremos votar favoravelmente este ponto. -----

Queremos reconhecer que os valores deste contrato são menores que o anterior, devido também à actual diminuição de alunos a servir. -----

Julgamos que rondará os 85 o número de alunos que deixaram estes estabelecimentos de ensino básico. -----

Era importante confrontar estes dados com os restantes estabelecimentos do concelho e perceber qual o número de alunos que continuou cá e qual o número de saídas do concelho. -----

Entendemos que estes valores devem ser conhecidos de todos, de maneira a que todos possam ajudar a perceber a que se devem.” -----

O Senhor Vereador Manuel Sequeira informou que a responsabilidade da autarquia não vai além



do primeiro ciclo sendo os restantes da responsabilidade do Ministério. As refeições serão feitas nos mesmos moldes que em anos anteriores.-----

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira forneceu seguidamente informações técnicas sobre o tema e procedimentos adotados.-----

Não havendo outras intervenções, passou-se à votação.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

6. COMPRA DE PRÉDIO RÚSTICO PELO MUNICÍPIO – DISTRATE DE ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE DE 31-12-2014 - NOVA ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE, A FAVOR DO CENTRO SOCIAL DE FAMALICÃO – (apreciação e votação)

Ausentou-se José Sales.-----

O Senhor António Nunes declarou:-----

“Em relação a este ponto independente dos estudos, análises e pareceres acima de tudo registaria que face ao conteúdo do mesmo e por se tratar da formação de uma entidade que virá trazer não só a Famalicão mas também inequivocamente a todo o Concelho da Nazaré e limitrofes uma mais valia sem precedentes já que não quererei deixar de referir o ótimo trabalho desenvolvido pelo Centro Social de Famalicão, cuja ação social tem sido de altíssima relevância, face ao muito agradado ficaria se na votação deste ponto o mesmo fosse aprovado por unanimidade.”-----

O Senhor António Caria dos Santos indicou que a Coligação Democrática Unitária sempre foi favorável a estas instituições e alertou para eventual problema que possa existir com alteração feita à mão na proposta do Senhor Presidente da Câmara e questionou sobre a validade temporal do contrato.-----

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira na resposta informou que o direito de superfície será por cinquenta anos.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

O Senhor José Sales Retomou os trabalhos. -----

**7. ACORDO DE TRANSAÇÃO – ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO –
AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (apreciação e votação)**

Ausentou-se o Senhor Mário Moita Abegão. -----

O Senhor Graciano Dias questionou relativamente às infraestruturas que a Empresa deveria ter efetuado e não o fez e se tal situação irá ser cumprida neste contrato.-----

O Senhor António Caria dos Santos disse: -----

“Entendemos que este processo é dos que precisaria de muita explicação, tal o número de incongruências que nos parecem existir aqui. -----

É importante perceber a que dívida se deve este acordo? -----

É preciso saber desde quando é que ela existe? -----

Porque é que os juros de mora são tão elevados? -----

É urgente perceber como está actualmente este tipo de pagamentos das Águas por parte da Câmara? -----

São tantas questões e tão poucas respostas. -----

Mas já estamos habituados a esta transparência por parte do executivo.”-----

Lembrou a dívida da Câmara aos Serviços Municipalizados da Nazaré e disse ainda ter algumas dúvidas sobre disparidades existentes na documentação apresentada, solicitando o conveniente esclarecimento, verificando a existência de juros de mora excessivos, não sendo a Coligação Democrática Unitária contra o pagamento das dívidas, pretendendo abster-se na votação do ponto. -----

O Senhor José Cesário indicou que parte da obra não foi acabada, porque também não foi paga.

Há necessidade de resolução do problema da falta de saneamento em algumas áreas da Freguesia de Famalicão e a atual situação financeira do Município não o permite. Há



necessidade de obtenção de comparticipações financeiras e são necessárias certidões de não dívida, que só se obtêm com a execução dos pagamentos.-----

O Senhor Presidente da Câmara pretendeu dar resposta aos quesitos e informou que à data de 31 de dezembro de 2013, a dívida à empresa Águas do Oeste, era de cerca de quatro milhões e trezentos mil euros, conforme faturas indicadas nos anexos; em 31 de dezembro de 2014, a dívida era de quatro milhões e cinquenta e seis mil euros; em 31 de dezembro de 2015 a dívida era de três milhões, trezentos e noventa e cinco mil euros; a 31 de dezembro de 2016, a dívida era de três milhões, duzentos e trinta e três mil euros. A partir de fevereiro de 2014 começou a pagar-se mensalmente os fornecimentos à empresa Águas do Oeste. Não sabe informar como é feita a contabilização para os juros de mora, que certamente obedecerão a regras próprias e aos juros legais. Se este assunto for aprovado, a Câmara posteriormente poderá ter acesso a fundos comunitários, nada tendo a ter o contrato de concessão com o acordo do pagamento da dívida. ---

O Senhor Joaquim Pequicho colocou à consideração da Assembleia, a interrupção dos trabalhos, devido ao cansaço e adiantado da hora, tendo sido deliberado dar continuidade aos trabalhos. --- Continuando a sua intervenção, disse que se o acordo existente não é o melhor para o concelho, deveria ser alterado, estando o Partido Social Democrata solidário para tal situação, pois está a ser um acordo altamente penalizador para o concelho. -----

O Senhor António Caria dos Santos lembrou que há outros locais que não têm saneamento, como é o caso de Fanhais. -----

O Senhor Presidente da Câmara voltou a referir que não tendo sido efetuados os pagamentos pelo fornecimento das águas, deverão ser efetuados para se obter posteriormente as melhores condições para o concelho.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com onze votos a favor do Partido Socialista, Movimento do Partido da Terra, com sete abstenções dos Senhores Joaquim Pequicho, António Nunes, António Manuel Teixeira, Bloco de Esquerda, Coligação Democrática Unitária e Victor Parreira. -----

O Senhor José Cesário apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“O município da Nazaré, desde julho de 2011, optou por não proceder a pagamento de nenhuma fatura emitida pela entidade Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Contrariamente ao que tem vindo a ser veiculado por algumas forças políticas, esta dívida tem origem num enorme desequilíbrio financeiro, gerado pela gestão PSD, e que só detém faturas neste mandato porque nos primeiros meses não existiam fundos para assegurar quase nada, para além dos vencimentos dos colaboradores. Este processo visa, acima de tudo, regularizar uma dívida que se vem agudizando e que representa cerca de 1 milhão de euros só de juros! O que devíamos todos pensar é o que poderíamos fazer com estes valores acrescidos à dívida se o município tivesse sido gerido com critério. Infelizmente, quem assume as dívidas são as populações e têm de ser pagas com dinheiro. Não regularizar esta situação, para além de provocar um aumento de dívida por via dos juros, impossibilita quer a Câmara Municipal quer os Serviços Municipalizados de recorrer a candidaturas que possam auxiliar o muito investimento necessário nas componentes de água e saneamento. Esta é a solução apresentada pelo Partido Socialista. Infelizmente outros apenas se focalizam em eventuais obrigações da outra parte contratual quando esquecem que só não se efetivaram porque houve quebra contratual por parte deste município. O PS apenas pretende que o município da Nazaré volte a ser pessoa de bem para todos os credores e encontrar soluções que visem atenuar o volume de dívida, que felizmente tem vindo a ser diminuída em quase um quarto do seu volume em apenas 4 anos. Lamentamos que apesar das inúmeras evidências técnicas que demonstram os efetivos resultados financeiros continuem a existir declarações de outras forças políticas que expressam aumento de dívida deste executivo, algo que é rotundamente falso!”-----

O Senhor António Caria dos Santos apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota pela Abstenção, neste ponto 7 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----



A CDU é, e sempre foi, a favor do pagamento das dívidas da autarquia, desde que as mesmas fossem verdadeiras e que depois de discutido e renegociado com os credores, fosse exequível o seu pagamento dentro dos condicionalismos existentes na autarquia. Não importa mais quem contraiu a dívida. Todos sabemos aqui o que se passou e se passa. -----

A Câmara e os Serviços Municipalizados, como entidades de bem, só têm que as pagar, depois de encontrarem maneira de suportar os seus pagamentos. Não cremos que aqui seja o caso, tal o valor elevado a pagar, nos mesmos meses em que já existem outros compromissos de montantes bastante grandes para pagamentos a outras entidades. -----

A CDU dá o benefício da dívida neste caso, apenas pela necessidade de se obter a certidão de não dívida que permite a candidatura a fundos europeus. Não estamos a dizer com isto que este tipo de procedimento é o correcto. Não é! -----

Esperamos que neste final de mandato esta não seja mais uma patranha, ou manobra eleitoralista, para salvar o executivo. Entendemos que no momento actual não será já este executivo que vai resolver os problemas da autarquia relativamente à dívida. -----

Registamos o que dissemos durante a discussão deste ponto e que não esclarecemos totalmente, pois não somos conhecedores de todos os documentos deste processo: -----

1 — Não se pode comparar dois documentos financeiros referentes ao mesmo assunto mas com parcelas diferentes, de que resultam dívidas de 21-12-2010 até 31 de Maio de 2012 no valor de 360 129,23 euros já com os juros, e uma outra, a do acordo em negociação, com as facturas de 31-12-2009 a 30-04-2010, que não constavam no acordo de pagamento anterior e aparecem agora, (facturas até 13-06-2014) no valor de 2 862 297,64 euros sem juros. -----

2 — Como exemplo: a dívida de 31 de Maio de 2012 no documento do acordo anterior tinha o valor de 46.283,67 euros e no novo acordo o valor é de 83.173,17 euros. -----

3 — Os documentos emitidos têm designações diferentes: 3100383138, no valor de 46.390,91 euros e 3100510424, no valor de -77,24 euros, e 3100383118, no documento mais recente. Como

se explica esta diferença de valores e haver diferentes documentos a reclamar o mesmo (?) pagamento? -----

4 — As facturas anteriores e as do documento actual, se referidas à mesma data, não deviam ter o mesmo número? -----

5 — As duas listagens foram comparadas e conferidas pelos serviços financeiros do Município?

5 — Sendo uma dívida dos SMN não deveriam os SMN encontrar-se também referidos no acordo de pagamentos? -----

6 — Sendo que o acordo de pagamentos era para ter início no passado dia 31 de Maio, (e acreditamos que ainda não esteja em execução), o que estamos a aprovar relativamente aos compromissos plurianuais, pois é só isso que nos é pedido, está de acordo com os valores certos para cada ano, ou terão que ser alterados? -----

São pois as dívidas que temos, devido aos documentos que recebemos e que não nos esclarecem. Criam-nos até algumas confusões. Ficamos também com a dúvida se este acordo de pagamentos não precisará de ser enviado ao Tribunal de Contas para obtenção de visto daquela entidade, dado o valor em causa. -----

É pois por tudo a referido que votamos de abstenção.”-----

Ausentou-se o Senhor Victor Parreira. -----

8. PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL ÚNICO – EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, EM, UNIPessoal, LDA - (apreciação e votação)

Ausentaram-se os Senhores António Nunes e Telma Ferreira. -----

O Senhor António Caria dos Santos efetuou a seguinte intervenção:-----

“Ainda que se trate da empresa municipal, esta é mais uma prova provada de que o Sr. Presidente da CMN e ao mesmo tempo presidente do conselho de administração daquela empresa, não fala verdade à CMN e à AMN quando refere que pede sempre no mínimo três orçamentos, para poder-se escolher o mais económico. -----



Aqui nem houve consulta nenhuma. -----

Argumentam até que: “o actual fiscal único, manifestou a disponibilidade para o efeito...”.-----

Como sabem então se não há quem faça o serviço mais barato? -----

Será que o facto mais importante é que a empresa em causa conhece, “profundamente a actividade desta empresa municipal”? -----

Para o bem e para o mal, entendemos perfeitamente! -----

Estamos esperançados que um dia próximo alguma entidade coloque um ponto final neste tipo de procedimentos.” -----

Deliberado, por maioria, aprovar com dez votos a favor e cinco abstenções da Coligação Democrática Unitária, Movimento Partido da Terra, Joaquim Pequicho e António Manuel Teixeira. -----

Os Senhores António Nunes e Telma Ferreira retomaram o lugar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, por sugestão do Senhor Joaquim Pequicho colocou à consideração da Assembleia a realização de um intervalo nos trabalhos, por cinco minutos, o que foi aceite por unanimidade.-----

Retomados os trabalhos, passou-se ao assunto seguinte: -----

9. PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA ALCobaça – CABO ESPICHEL – PROPOSTA – (apreciação e votação)

O Senhor António Caria dos Santos efetuou a seguinte intervenção: -----

“Neste final de mandato assiste-se a tudo nas reuniões do executivo municipal. -----

Parece que querem o mesmo na AMN. -----

No caso aqui em análise, informamos que a CDU percebe muito bem o que está em jogo por ambas as partes em confronto. -----

Como sabemos muito bem que nem uma nem outra tomou qualquer posição, enquanto podia, sobre o assunto em causa, não contem com a CDU para alimentar esta falsa polémica. -----

Se queriam resolver e antecipar alguns constrangimentos a alguém, tivessem actuado dentro dos prazos legais para o efeito e tivessem apresentado as propostas que agora parecem ter. -----

Ah. E já agora, qual é mesmo a proposta? -----

Fazer reverter o que já está feito e aprovado? -----

Não conseguimos descortinar no documento recebido qualquer proposta viável, mas sim uns quantos considerandos. -----

Lamentavelmente, mas com todo o respeito, temos que concluir que o documento apresentado padece de falta de rigor, de falta de trabalho, de falta de tempo, enfim, de falta de tudo. -----

Entendemos até, que prestaremos um mau serviço à nossa comunidade se este documento for até à votação. -----

Apelamos aos proponentes que acedam à sua retirada da ordem do dia. -----

Colocamo-nos à disposição de quem quiser, para poder-se encontrar o problema e trabalhar na sua resolução. -----

Estamos cá desde o início para ajudar.” -----

Na sequência, o Senhor Joaquim Pequicho disse não concordar com a retirada do assunto da ordem de trabalhos, entendendo que inclusive a Assembleia deveria já ter tratado anteriormente este assunto, sendo um documento estruturante para o concelho, à semelhança do Plano Diretor Municipal.-----

Informou que o Partido Social Democrata apresentou um contributo à Agência Portuguesa do Ambiente e leu a exposição enviada, versando o Programa para a Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel, que seguidamente se transcreve: -----

“De 17 de Abril até 30 de Maio, decorre o período de consulta pública do Programa da Orça Costeira Alcobaça- Cabo Espichel, doravante designado de POC-ACE. -----

Na sequência da consulta pública do POC-ACE, apresentamos a nossa reclamação e protesto pela forma como uma matéria desta relevância para o desenvolvimento e afirmação do território,



para a qualidade de vida e expectativas dos munícipes, não foi acompanhada por uma forte oposição por parte do executivo do Município da Nazaré. -----

Verificamos que o POC-ACE, foi desenvolvido ao longo dos últimos 4 anos com o acompanhamento por parte do actual executivo, como membro integrante da Comissão Consultiva. Colocando o POC-ACE à consulta pública as surpresas desagradáveis no Concelho são impressionantes. -----

Todas as áreas de possível expansão urbanística no Sítio ficaram classificadas de Zona Terrestre de Protecção (Z.T.P.)/Faixa de Protecção Costeira(F.P.C.), onde de acordo com o POC-ACE, basicamente nada se pode construir. -----

A área de São Gião até ao Casal do Salgado ficou classificada de Z.T.P./F.P.C., onde também de acordo com as directivas, basicamente nada se pode construir. -----

A zona dos Caixins e a Pederneira ao longo do Caminho Real ficaram classificadas de Z.T.P./F.P. Complementar, onde de acordo com as directivas, a regra é nada construir. -----

Parte considerável da marginal fica integrada na Margem (das águas do Mar), onde de acordo com as directivas estão proibidas construções novas e ampliação das construções existentes, excepto nas áreas críticas de reabilitação urbana. -----

Defendemos e sublinhamos a natureza de concelho ribeirinho, muito dependente da faixa litoral para o seu equilíbrio e desenvolvimento económico e social. -----

Defendemos que a zona de Caixins e Pederneira Sul devem ser asseguradas como zonas de expansão urbana e as faixas litorais a norte e sul da Nazaré devem prever a possibilidade de acolher investimentos turísticos ambientalmente enquadrados.” -----

O Senhor José Sales referiu que este assunto foi apresentado em reunião de Câmara pelo Senhor Vereador António Trindade, indicando fazer pouco sentido a apresentação deste documento, dado não terem sido apresentados contributos até à data. -----

O Senhor Graciano Dias disse ser um instrumento muito importante para a Nazaré, podendo não

chegar-se a qualquer conclusão, pois este assunto já foi tratado junto da Agência Portuguesa do Ambiente, não merecendo qualquer discussão no momento. -----

O Senhor António Caria dos Santos indicou que também não compreendia a proposta, pois o prazo já tinha terminado, tal como já tinha acontecido anteriormente com um outro assunto tratado no anterior mandato, solicitando uma explicação do Senhor Joaquim Pequicho quanto a teor do documento apresentado, estando a tratar-se de campanha eleitoral, indo verificar-se alteração na legislação, pois cada terra apresenta os seus condicionalismos. -----

O Senhor Joaquim Pequicho solicitou que o Senhor Vereador António Trindade pudesse apresentar verbalmente a sua posição à Assembleia. -----

Dada a palavra ao Senhor Vereador António Trindade, informou que o assunto foi tratado na Câmara e esta proposta veio na sequência de uma discussão de certo modo alargada, entre o Partido Social Democrata, o representante do Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré e a Bancada do Partido Socialista e depois de alguma discussão, houve o bom senso de fazermos alguma alteração na proposta, no sentido de ser discutida no seio da Assembleia Municipal, sendo razões muito gravosas para o concelho, penalizando a economia local.-----

Lembrou alguns terrenos que não poderão ser intervencionados, alguns até pertença do Município e entende que a Assembleia terá uma palavra a dizer face à imposição que a APA pretende fazer ao concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que este assunto fora discutido na reunião de Câmara no limite do prazo, onde pudessem ser apresentadas propostas ou contributos a enviar à Agência Portuguesa do Ambiente. Pensa existirem incongruências no proposto pela Tutela e recordou o parecer emitido por grandes entendidos nos assuntos do Território. Se houvesse reclamações deveriam ter sido enviadas à Câmara em devido tempo. -----

O Senhor Graciano Dias disse pensar saber o que se pretende, após a explicação dada, é o reforçar da posição já demonstrada pela Câmara. -----



Os membros da Coligação Democrática Unitária ausentaram-se dos trabalhos, indicando não pretenderem votar a proposta.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com quatro votos a favor dos Senhores Joaquim Pequicho, António Nunes, António Manuel Teixeira, Movimento Partido da Terra e onze votos de abstenção dos restantes membros.-----

O Senhor José Cesário apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré abstém-se na votação do ponto 9, Programa da orla costeira Alcobaça – Cabo Espichel – Proposta, em virtude do texto da mesma não ser claro no seu conteúdo e, após as explicações dadas pelo seu proponente, Sr. Vereador António Trindade, mais acrescentamos que se encontra descontextualizada na oportunidade da sua apresentação.”-----

Os membros da Coligação Democrática Unitária retomaram os seus lugares.-----

10. AUTO DE CEDÊNCIA E ACEITAÇÃO – FORTE DE SÃO MIGUEL ARCANJO – AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (apreciação e votação)

O Senhor António Caria dos Santos efetuou a seguinte intervenção:-----

“ Neste assunto, apenas está em causa o pedido de autorização de compromissos plurianuais.----- No entanto, depois de analisarmos os documentos recebidos, constatamos uma vez mais que o executivo da autarquia, no que respeita a negócios, os executa de forma que podemos apelidar de imponderada e contra os interesses do município.-----

Parece que vale tudo para se obter a qualquer custo os intentos deste executivo que, assim, se pretende promover ainda mais em final de mandato, e manter-se, à custa do erário público de todos nós nazarenos.-----

Não concordamos com a maneira como foi desenvolvido todo este procedimento. Nem concordamos com os termos do mesmo, quando nem acautelaram a possibilidade de, ao fim do contrato firmado, o imóvel poder reverter para o património da autarquia, por direito de

preferência. Se havia a intenção de vender, por parte do estado, é bem provável que essa possibilidade pudesse ser apresentada e aceite. -----

Também não compreendemos como é possível existir uma disparidade de valores, entre os manifestados pelo executivo e os apresentados pelo vendedor, quando o próprio vendedor assume um valor de menos 1 milhão e 800 mil euros pelo valor do imóvel. Como é possível.-----

Sim, sabemos que foram estudos e cálculos diferentes. Mas também isso deveria ter sido esclarecido à partida para o trabalho a desenvolver. Ou seja, foram à pesca de sardinha com aparelhos de anzol! -----

Foi mais fácil assim. Não temos dúvidas. Mas não é isso que a população espera dos eleitos. Exige-se mais e melhor trabalho. -----

Também aqui gostaríamos de ser esclarecidos, sobre se o espaço agora alugado irá só servir para eventos promovidos pela autarquia, ou se será possível também às instituições e associações da Nazaré usá-lo para realização de eventos de interesse local a título generoso? -----

A CDU não vai condicionar a autorização pedida porque assim sabemos que, pelo menos nos próximos 25 anos, a Forte de S. Miguel Arcanjo, é nosso. É do povo desta terra e não de um qualquer particular endinheirado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara disse ser uma opção muito clara, explanando a opção política para o acordo efetuado, pretendendo-se obter participações comunitárias ou através do mecenato e de se poder fazer a requalificação do imóvel. Disse desconhecer os métodos dos avaliadores, mas esta ação impede que um qualquer privado, retire ao povo nazareno aquilo que é de toda a população, ainda que esteja na posse do Estado. -----

Sobre os eventos, há a possibilidade da sua realização no imóvel. -----

Deliberado, por maioria, aprovar, com treze votos a favor e cinco abstenções do Partido Social Democrata, Movimento Partido da Terra e Bloco de Esquerda. -----



O Senhor José Cesário apresentou a seguinte declaração de voto: -----
“Aquando da entrada em funções dos eleitos do Partido Socialista foi visível desde cedo a vontade de devolver o Forte S. Miguel Arcanjo à Nazaré, após tantos anos votado ao quase abandono e, principalmente, bem longe das vistas dos munícipes e visitantes. Pouco tempo depois da tomada de posse este imóvel foi aberto à população, durante grande parte do ano a preço simbólico, tendo esta ação tido um grande sucesso. Hoje o Forte S. Miguel Arcanjo é um ícone internacional e este Executivo apenas pretende desenvolver ações de reabilitação e consequente promoção patrimonial e cultural do concelho. Lamentamos que alguns dos que não subscrevem este Auto de Cedência argumentem razões de incapacidade financeira para assegurar tal equipamento. Mais grave e incoerente é verificar que são os mesmos que aprovaram a conceção da recolha de resíduos a uma empresa privada por um valor anual superior a 800 mil euros a quem nada se pagou! Em síntese, saudamos esta ação e sabemos que também a população saúda tal feito. O Forte deve ficar sob gestão da Nazaré e não de alguma entidade sediada longe ou de alguma entidade privada com fins lucrativos, como se chegou a quase concretizar. Uma vez mais é o PS a diligenciar medidas que são criticadas sem que existam quaisquer alternativas. O povo sabe quem faz e quer fazer mais.”-----

**11. TRANSPORTES ESCOLARES PARA ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
– ANO LETIVO 2017/2018 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS –
(conhecimento)**

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

**12. TRANSPORTES ESCOLARES PARA ALUNOS DO 2.º, 3.º CICLOS E SECUNDÁRIO
– ANO LETIVO 2017/2018 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS –
(conhecimento)**

